



Partenariat Régional pour la Conservation
de la zone côtière et Marine
en Afrique de l'Ouest

Termos de Referência de consultoria:

Estudo socioeconómico de base para a *Projeto Blue Bijagós*, Guiné-Bissau

1. Projeto de fundo

A Reserva da Biosfera de Bolama Bijagós (ou 'Bijagós') é um arquipélago de 88 ilhas localizado ao largo da costa da Guiné-Bissau. Inclui três áreas marinhas protegidas (ZMP): **Ilhas Orango** Parque Nacional, Parque **Nacional Marinho** João Vieira e Poilão e MPA da Comunidade **Urok**. A Reserva da Biosfera foi reconhecida pela UNESCO em 1996. Atualmente, o Instituto da Diversidade Biológica e Áreas Protegidas (IBAP) administra a reserva e incluiu ZMP em nome do governo. A reserva é uma Área-chave Ecologicamente ou Biologicamente Significativa (EBSA) e sítio Ramsar e é conhecida por sua biodiversidade incrivelmente rica, diversidade de habitats e espécies críticas e alta produtividade biológica.

Bijagós é vital para as economias da Guiné-Bissau e da região, mas enfrenta vários desafios, como a sobrepesca e a pobreza, com a maioria das pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza. Bijagós tem uma economia agricultora-coletora baseada na produção de caju, arroz, pesca de subsistência, coleta de marisco e produtos florestais não madeireiros. Uma grande parte da sua população (80%) vive na costa e está profundamente ligada ao seu ambiente através do seu património cultural. Tradicionalmente, a sua utilização dos recursos marinhos tem seguido regras rigorosas que apoiam a utilização sustentável dos recursos naturais. No entanto, as influências externas, por exemplo, de pescadores migrantes que exploram ilegalmente os recursos sem seguir as regras tradicionais, perturbaram o equilíbrio nas últimas décadas. Apesar da proibição da pesca do tubarão e da raia, estes peixes continuam a ser capturados em grande número.

O projeto *Blue Bijagos* visa integrar a proteção de tubarões e raias nas políticas de pesca, práticas de pesca e zoneamento e gestão das Áreas Marinhas Protegidas (AMP's). Criará também uma AMP, **Unhocomo-Unhocomozinho**, e um "**Corredor de Conectividade**" entre

as AMP's existentes. A gestão das AMP's será reforçada através de uma abordagem de «planeamento azul», bem como de compromissos recíprocos com as comunidades locais, tais como o reforço da monitorização e repressão de práticas ilegais. Será dada uma forte ênfase à juventude e à igualdade de género, incluindo visitas de intercâmbio entre mulheres de diferentes ilhas e atividades como a oferta de formação destinada a aumentar a representação feminina e juvenil na gestão das AMP's. As mulheres serão apoiadas para a coleta de marisco de forma mais rentável e sustentável, e novas atividades geradoras de renda, como ecoturismo, horticultura.

Este projeto de 5 anos é suportado pelo Fundo de Ação Azul. Data de início: 1 de junho de 2023.

O projeto é liderado pela PRCM; é apoiada por um forte consórcio de organizações ambientais e de parceiros sociais: Tiniguena, Fundação BioGuiné, GRID-Arendal, ODZH, Palmeirinha e IBAP.

2. Objetivo do estudo socioeconómico de base:

No quadro do projeto, foram definidos objetivos e metas para a melhoria das condições socioeconómicas das comunidades locais dos Bijagós. Uma avaliação preliminar das condições de base das comunidades locais afetados foi feita durante a avaliação de E&S em novembro de 2022.

Mas, para alguns objetivos, a situação de base ainda não é conhecida.

O objetivo deste estudo é obter dados de base sobre 4 temáticas para os quais as linhas de base estão atualmente em falta:

- Direitos consuetudinários das comunidades/grupos afetados pelo projeto;
- Rendimento médio das mulheres;
- Necessidades básicas dos agregados familiares (como indicador para medir a pobreza);
- Atitude dos agregados familiares na área do projeto no sentido da proteção da biodiversidade marinha.

Os dados de base devem ser recolhidos sobre as 3 AMP's existentes, nas ilhas em torno do Corredor de Conectividade e na ilha de Unhocomo (onde será criada uma AMP).

Os 4 indicadores para os quais devem ser definidas bases de referência serão agora explicados mais pormenorizadamente, incluindo as perguntas de investigação a responder.

a. Direitos consuetudinários das comunidades/grupos afetados pelo projeto

Na conceção do projeto, foram identificados 3 grupos que serão mais afetados pelo projeto:

Grau potencial estimado de afetação	Número total de comunidades/aldeias	Dimensão da população
Alto	<i>Os pescadores migrantes ilegais não ficam nas ZMP, montam acampamentos ilegais no exterior.</i>	700-850 pescadores ilegais (o número varia por estação)
Média	<i>Os pescadores residentes que cooperam com os pescadores ilegais serão negativamente afetados pelas novas regras e por uma vigilância marítima eficaz. No entanto, estes mesmos pescadores devem beneficiar de medidas de atenuação destinadas a compensar os impactos negativos. O projeto garante igualmente que os pescadores residentes tenham direitos exclusivos de acesso</i>	100-150 pescadores residentes cooperam com pescadores ilegais
Baixo	<i>22 aldeias. As mulheres que coletam marisco, que agora terão de respeitar regras de recolha mais rigorosas, beneficiarão igualmente de medidas de mitigação destinadas a compensar os impactos negativos destas regras mais rigorosas, bem como de inovações no seu setor e de novas atividades geradoras de rendimento (horticultura, apicultura, produção de sal solar, etc.).</i>	300-400 mulheres coletoras de marisco

Estes 3 grupos mais afetados têm claramente direitos consuetudinários. Mas também pode haver outros grupos que vivem em redor e/ou /perto das AMP's, corredor de conectividade e a nova AMP e que tenham direitos consuetudinários de utilização dos recursos naturais nessas áreas.

O estudo deve fornecer informações pormenorizadas sobre os *direitos consuetudinários* de todos os grupos que serão afetados pelo projeto.

As perguntas que devem ser respondidas neste estudo de base são:

- Que comunidades/grupos serão afetadas pelo projeto
- Quais são os direitos consuetudinários de cada um destes grupos?
- Que reivindicações diferentes grupos podem ter sobre a área terrestre e marítima visada e os recursos naturais nela contidos?
- Quem deve ser consultado e dar ou recusar o seu consentimento a determinadas atividades do projeto.
- Quais são os mecanismos de governação em matéria de direitos de acesso (formais, informais)

b. Sobre os rendimentos das mulheres

O projeto tem a ambição de melhorar os meios de subsistência (com aumento das oportunidades de emprego e renda para mulheres e jovens) nas comunidades-alvo.

Para isso, o projeto definiu o seguinte indicador:

Indicador O.3: *Rendimento* médio das mulheres nas áreas-alvo da intervenção (22 aldeias dentro das AMP Urok, Orango, João-Vieira Poilão, Unhocomo).

Valor base (no início do projeto): (a definir durante o período inicial).

Valor alvo (fim do projeto): aumento de 20% em relação à linha de base.

As 22 ilhas/aldeias selecionadas são as mais importantes para a pesca artesanal e coleta de marisco:

Orango: Eticoga, Ancopado, Amupa, Uite, Meneque, Ambeduco, Acanho, Uassa;

João Vieira: Menegue, Bine, Inhoda, Ambeno;

Urok: Chedia, Botai, Nago, Candjirba, Uada, Ancadaque, Abu ;

Unhocomo: Equinaï, Egara, Anaburu:

Pergunta que devem ser respondidas neste estudo de base:

- Qual é o rendimento médio das mulheres nas 22 aldeias-alvo?
- Como melhorar o rendimento médio destas mulheres?

c. Pobreza/Necessidades Básicas

O projeto tem como ambição apoiar a resiliência socioeconómica no Arquipélago dos Bijagós.

Para este objetivo, foi definido na proposta o seguinte indicador:

Indicador G.2: As condições de vida de 80% da população das AMP's foram melhoradas.

Valor base (no início do projeto): Pontuações médias do BNS¹ para 80% da população das AMP's no início do projeto (tbd antes do final do período inicial).

Valor-alvo (Fim do projeto): A pontuação média do BNS para 80% da população das AMP's aumentou.

O Inquérito às Necessidades Básicas <https://mande.co.uk/special-issues/the-basic-necessities-survey/> (BNS) é um método de medição da pobreza. A BNS combina dois aspetos da vida das pessoas: (a) suas condições materiais, (b) suas percepções dessas condições materiais. Ambos têm consequências para a qualidade das suas vidas. Necessidades básicas são democraticamente definidas como aqueles itens em uma pesquisa que 50% ou mais dos entrevistados concordam "são *necessidades básicas que todos devem ser capazes de ter e ninguém deve ter que ficar sem*". Os itens são ponderados por importância de acordo com a percentagem de entrevistados que dizem que um item é uma necessidade básica (ou seja, entre 50% e 100%). As pontuações de pobreza dos entrevistados (BNS) baseiam-se na soma das ponderações das necessidades que possuem, como uma percentagem do total que poderiam ter se tivessem todas as necessidades básicas. A identificação de um limiar de pobreza é descrita a seguir.

Pergunta que deve ser respondida neste estudo de base:

- Qual é a pontuação média atual do BNS para 80% da população MPA?

d. Sobre a atitude do agregado familiar

O projeto tem como ambição aumentar o apoio comunitário na proteção da biodiversidade marinha.

Para medir a melhoria do apoio, a proposta definiu o seguinte indicador:

Indicador G.3: No final do projeto, os agregados familiares afetados nas zonas abrangidas pelo projeto têm uma atitude positiva em relação à proteção da biodiversidade marinha.

Valor de base (no início do projeto): Nr. agregados familiares nas áreas de intervenção do projeto que tenham uma atitude positiva em relação à proteção da biodiversidade marinha. (Nr. deve ser definido durante o período inicial).

Valor-alvo (fim do projeto): A maioria dos agregados familiares nas áreas de intervenção do projeto tem uma atitude positiva em relação à proteção da biodiversidade marinha (apesar das novas medidas de restrição de acesso que o projeto implementou).

Pergunta que deve ser respondida neste estudo de base:

- Qual é o número (ou percentagem) de agregados familiares na área do projeto que têm uma atitude positiva em relação à proteção da biodiversidade marinha?

3. Atividades e resultados tangíveis

Atividades:

1. Consultas (reuniões individuais e em grupo/workshops):
 - Com stakeholders que vivem nas ilhas próximas ao corredor de conectividade.

¹ BNS = Pesquisa de Necessidades Básicas <https://mande.co.uk/special-issues/the-basic-necessities-survey/>

- com stakeholders e representantes do Projeto Pessoas Afetadas de 22 ilhas/aldeias das diferentes ZMP: Orango, Urok, João Vieira e Poilão, Unhocomo.
 - com o IBAP (instituto governamental responsável pela gestão das ZMP) e o INIPO e a DGPA (responsáveis, respetivamente, pela investigação e gestão do setor das pescas), também em Bissau.
 - com a PRCM e os parceiros implementadores do projeto Blue Bijagós a trabalhar na área.
2. Um Inquérito sobre as Necessidades Básicas (BNS).
 3. Redação de um relatório.
 4. Comunicação regular e aconselhamento com a PRCM sobre como integrar os resultados na implementação das atividades.

4. Cronograma e orçamento

A pesquisa de campo deve ocorrer em fevereiro de 2024; o relatório final deverá ser enviado à PRCM em março de 2024.

Se o candidato for um consultor internacional, é obrigatório fazer parceria com consultor local e inquiridores, que irá ajudá-lo nos trabalhos de terreno e nas entrevistas.

Estes custos serão cobertos pelo PRCM.

5. Perfil do consultor:

O consultor deve ter os seguintes conhecimentos e experiência:

- Conhecimento aprofundado da gestão sustentável das Áreas Marinhas Protegidas na África Ocidental e das questões e riscos em jogo
- Forte experiência em estudos socioeconómicos
- Forte experiência em consultas de stakeholders com diversos grupos
- Experiência de trabalho/consultoria na África Ocidental
- Excelente escrita (redação de relatórios preferencialmente em português) e gestão do tempo
- Histórico comprovado em trabalhar de forma confiante e construtiva com uma equipe internacional diversificada

Caso o candidato seja um consultor internacional, é obrigatória o estabelecimento de parceria com consultores locais e Inquiridores, que auxiliará o consultor na recolha e estudo dos documentos estratégicos nacionais e nos trabalhos de campo e entrevistas.

É estimulado um bom equilíbrio de género na equipa.

6. Processo de candidatura

A manifestação de Interesse deve incluir:

- Uma explicação sobre a forma como preenche os critérios relativos ao perfil de consultor e as suas competências/experiência relevantes
- Uma breve descrição de como abordaria as diferentes tarefas de investigação, com prazos antecipados para a conclusão
- Seu planeamento (missões de trabalho de campo; pesquisa; redação de relatórios; finalização)
- Orçamento indicando:
 - Nr. de dias e honorários de consultoria

- Custos da missão no terreno: nr. e custos das consultas
- Custos de transporte
- DSA
- CV's com 2 referências

O consultor selecionado será convidado a desenvolver um plano de trabalho elaborado quando o trabalho começar.

Anexos – todos a enviar-lhe a pedido

Documentação do projeto Blue Bijagós (proposta de projeto aprovada; Documentos ESMS)